

Maio de 1951, e publicada por Edital pela Contabilidade Municipal de Orlândia, em 16-6-1951.

(a) Emilio Nonino. Chefe da Contabilidade Municipal.

Eu Jaime Bordini, Escrietor da Prefeitura e Despesa Municipal, nesta data a registrei.

*Esperidiotto*

*J*

Lei no 86/1951

Transferindo o Posto de Automovéis da Av. Treis para a Praça Maria Fustado.

Faço saber que a Câmara Municipal de Orlândia, Decretou, e eu promulgo a seguinte Lei;

Artigo 1º Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a transferir o Posto de Automovéis, atualmente localizado à Av. Treis, para a Praça Maria Fustado.

Artigo 2º Fica criada a taxa de cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros) anuais por veículo que se estacionar naquele local.

Artigo 3º O Posto só poderá ser ocupado por automóvel de aluguel.

Artigo 4º Na instalação do Posto deverá constar a sua perfeita adaptação bem como as instalações necessárias, inclusive da Cabine Telefônica.

Artigo 5º As despesas com o presente projeto poderão correr por verba a ser determinada pelo Sr. Prefeito, ficando ele autorizado a abrir crédito especial se for necessário.

*[Handwritten signature]*

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlandia, 16 de Junho de 1951

(a) Aparecido Assis, Prefeit. Municipal.

A presente lei foi aprovada em 1ª e 2ª discussões, em sessões ordinárias de 15/5 e 15/6/51 conforme o Projeto de Lei nº 95 de 15 de Maio de autoria do vereador Sr. Manoel de Souza Prado, e publicada pela Contadomia Municipal de Orlandia, por Edital, em 16 de Junho de 1951.

(a) Emilio Nonino, Chefe da Cont. Municipal.

Eu Jaime Sordi Escri-turario da Receita de Despesa Municipal nesta data a registrei.

*[Handwritten signature]*

Lei nº 87/1951

Prorrogando a vigencia da Lei nº 46 de 16 de Abril de 1950

Faço saber que a Câmara Municipal de Orlandia, decretou, e eu promulgo a seguinte lei;

Artigo 1º Fica prorrogada, por mais um ano, a vigencia da Lei nº 46, de 16 de Abril de 1950, que isenta de Impostos Predial Urbanos predios construídos dentro daquele período.

Artigo 2º Esta lei entrará em